



soz financeiros já são incipientes e denunciou a terceirização destes serviços, passando da administração direta para a administração indireta. Kelly observou, ainda, que a justificativa das transferências, segundo o Plano de Metas, é ampliar os atendimentos às mulheres em situação de vulnerabilidade, mas não há quaisquer indicativos da viabilização desta ampliação, seja do aumento do contingente de Recursos Humanos ou do Orçamento. Erika, que faz parte da Comissão das Redes, frisou a transferência dos 15 equipamentos de atendimento atualmente sob os domínios da SMADS para, então, os domínios da SMDHC, cujo orçamento é inferior ao da primeira secretaria supracitada, ponderando que haverá um sucateamento e uma redução da capacidade de atendimento destes equipamentos, diferentemente da meta indicada no Plano de Metas. Adriana Pereira explicitou seu descontentamento em relação à transferência de equipamentos da administração direta para a indireta, bem como à falta de práticas democráticas na tomada dessa decisão, na qual as trabalhadoras que mais seriam afetadas, isto é, as que atuam na ponta, nos equipamentos; sequer foram consultadas. Apontou ainda que tal ação resulta na violação de direitos das mulheres. Adriana observou também que o atendimento nos equipamentos durante a pandemia mostrou-se prejudicado, e teme que a transferência impulse ainda mais este problema. Adriana Magalhães lembrou que quando existia uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, os fluxos e relações com o Executivo municipal eram mais fortalecidos e impulsionavam a elaboração, implementação e efetividade das políticas públicas para as mulheres, em detrimento da situação atual, na qual há uma Coordenação de Políticas para as Mulheres inserida na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e sugeriu que o Conselho solicitasse uma reunião com a secretaria da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Cláudia Carletto, na tentativa de garantir de forma mais estratégica e articulada que os direitos das mulheres sejam assegurados e que estas não fiquem desassistidas frente aos equipamentos. Adriana questionou, ainda, qual a avaliação da gestão e quais são os centros de atendimento que serão transferidos da SMDHC para SMADS. Expressou também a necessidade de uma reunião entre o Conselho, a secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, e a Secretária da SMADS, Berenice Giannela. Camila fez um resgate ao debate que Erika e Kelly suscitaram, e lembrou que a questão das alterações no Plano de Metas não foi acordada com as redes de enfrentamento. Relatou que em 2019, durante a transição política municipal, foi anunciado por Bruno Covas em uma convenção do PSDB, que a cidade estaria se modernizando valendo-se de terceirização, e que serviços advindos de uma mesma política e inseridos no mesmo território deveriam ser conglomerados, citando os CDCMs, da SMADS, e os CRMs e CCMS de SMDHC. Camila observou que a gestão não contempla - e ainda não contempla - as especificidades de cada centro de atendimento, indicando como um equívoco a ação de propor a junção destes. Camila indicou que na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Paulo em 2019, por requerimento da vereadora Juliana Cardoso houve a presença maciça de técnicas, movimentos sociais e mesmo de usuárias dos serviços, todavia sem a presença de representantes da SMADS e SMDHC (Secretária de SMDHC, Berenice Giannela, - que, à época, era também Secretária da SMADS, concomitantemente) - para dar maiores explicações sobre a junção proposta pela gestão. Camila considerou que há, negativamente, uma fragmentação nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, citando os equipamentos sob domínio da SMDHC e SMADS, mas reforçou que a junção, segundo a Conselheira, só faria sentido caso houvesse uma Secretaria de Mulheres, com estratégias sólidas e visibilizadas acerca de orçamento, gestão, e demais âmbitos implícitos na junção. Retomou, ainda, a questão apresentada previamente por Adriana Oliveira no tocante à exclusão da Secretaria de Políticas para as Mulheres e substituição desproporcional pela Coordenação de Políticas para as Mulheres, que diferentemente da Secretaria, não possui orçamento e recursos humanos próprios, o que compromete, efetivamente, sua capacidade no que concerne às políticas para as mulheres. Camila informou que em reunião da Bancada Feminina com representantes de SMDHC e SMADS, a vereadora Juliana Cardoso questionou quando as Redes seriam ouvidas, o que não aconteceu até então. Maria Lucia, atuante da Zona Sul, no Jabaquara, contestou que há 8 anos há demandas pela criação de um Centro de Referência na região, e que ainda não foi efetuada. Informou que no Plano de Metas do Jabaquara consta a criação do CRM e de uma casa abrigo para mulheres em situação de rua, e solicitou apoio da SMDHC e do Conselho para a efetivação destas. Pautou, ainda, a importância da ampliação de programas de distribuição de alimentos, como o Cidade Solidária, expandindo-se para as periferias da cidade. Marcia Viotto pontuou que a discussão do Plano de Metas deve ser levada às subprefeituras, seja concernente à criação de CRMs, abrigos e afins. Sugeriu que o Conselho convide as secretárias da SMDHC e da SMADS, para fazer uma prestação de contas em relação às transferências dos equipamentos públicos de atendimento à mulher. Cláudia sugeriu convidar representantes da SMDHC, preferencialmente com a presença da Secretária Cláudia Carletto para dirimir as dúvidas acerca das transferências dos equipamentos, como os objetivos, os resultados esperados, as questões orçamentárias, os recursos humanos, quais foram os indicadores usados para a tomada desta decisão, e para elucidar se estes centros de atendimento não sofrerão algum desmonte com esta mudança. Pontuou, ainda, que registrou para a vereadora Juliana Cardoso, na semana anterior, a necessidade de uma interlocução entre o Conselho e as vereadoras, para que as pautas levadas à Câmara tivessem participação no debate do Conselho, e para que os encaminhamentos do Conselho refletissem, também, nas pautas da Câmara; da mesma forma que, orientando-se por um debate ocorrido entre o Conselho sobre a Lei do Auxílio Aluguel, a vereadora Juliana Cardoso pautou a alteração da legislação. Cláudia lembrou que o Conselho não é pertencente aos âmbitos Executivo ou Legislativo, mas que formula e debate questões relevantes, e através de encaminhamentos e interlocuções, busca suas resoluções. Valorizou, ainda, as atividades do Conselho e das Conselheiras, e que apesar das adversidades conjunturais, o Conselho está à disposição das mulheres da cidade de São Paulo para levar suas lutas e demandas à frente. Melissa reforçou a importância da solicitação dos dados de SMDHC e SMADS que nortearam a decisão da transferência de equipamentos de uma secretaria para a outra. Lembrou que o Conselho, apesar de não deliberativo, é um órgão fiscalizador, e é, portanto, responsabilidade deste fiscalizar as ações governamentais adotadas no que concerne ao bem-estar das mulheres. Reforçou a importância de uma reunião com a secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, e a secretária da SMADS, Berenice Giannela e, caso tal reunião não seja viável, que as secretárias encaminhem, ao menos, o compilado de dados e informações que nortearam a decisão da transferência. Fátima lembrou que na gestão anterior do Conselho já se haviam debates calorosos acerca da transferência dos equipamentos, e manifestou seu descontentamento com a decisão da gestão municipal. Ana Cristina constatou que esta discussão é antiga e muito provavelmente não se findará com a presente reunião, e que haveriam outros encontros e outros desdobramentos. Lembrou que este debate se iniciou entre 2013 e 2015, quando a então Secretária de Políticas para Mulheres convocou as redes e a SMADS para discutir sobre as transferências de equipamentos, e também houveram questionamentos. Houve, ainda, uma reunião com a Bancada Feminina, a equipe do NUDEM e a equipe do GEVID, do Ministério Público, para debater o tema. Ana Cristina se comprometeu em convidar as secretárias de SMDHC e SMADS para uma reunião, fazendo o resgate de todo este debate, com o Ministé-

rio Público e a Defensoria, e também das notas técnicas que estes possam ter preparado com relação a este tema. Assegurou que esta pauta seria discutida entre a Mesa Diretora do Conselho, para que as secretárias fossem convidadas e, a partir disto, outros encontros entre o Conselho seriam realizados, mesmo que de maneira extraordinária. Cláudia elucidou os encaminhamentos: 1. A mesa diretora solicitará uma reunião com as secretárias de SMDHC e SMADS; 2. O Conselho elaborará um documento, quiçá uma carta ou nota, que expresse o descontentamento do Conselho e da sociedade civil com a transferência dos equipamentos, bem como explore de forma organizada e articulada as agruras implícitas nestas transferências e como estas afetam o bem-estar das mulheres que estão na ponta: tanto as usuárias dos serviços, quanto as trabalhadoras dos equipamentos; 3. Solicitar à comissão de redes que indique a situação de cada equipamento (número de servidoras e disponibilidade de recursos para a realização do trabalho, por exemplo). 4. O Conselho convocará outra reunião extraordinária para debater o tema novamente. Por unanimidade, o Conselho aprovou os encaminhamentos propostos pela Presidente. Camila solicitou um momento de fala para repassar os informes da Câmara de Vereadores. Pontuou o acontecimento da primeira audiência pública do PL 813/19, que instituiu o calendário da cidade de São Paulo a semana "Escolhi Esperar". O nome do projeto alude à prática cristã de abstinência sexual, e foi elaborado no contexto do enfrentamento da gravidez na adolescência. Indicou que nesta audiência, um vereador proferiu que apresentará um substitutivo que emanou de sugestão da própria gestão, para a criação de um programa no âmbito da secretaria municipal de saúde Camila informou a existência de outros programas que visam a educação sexual e o combate à gravidez precoce, e manifestou sua preocupação desta nova proposta de caráter altamente moralista. Informou, ainda, que uma maternidade da Beneficência Portuguesa, na Penha, será fechada em razão do cancelamento do convênio com a organização social. Observou que esta unidade realiza mais de 5 mil partos por ano, e agora serão distribuídos entre outras unidades da cidade. Lembrou que algumas maternidades já foram fechadas na cidade recentemente, algumas de forma temporária para reconfigurarem-se em hospitais de campanha de enfrentamento à covid-19, e outras fechadas de forma permanente. Camila alertou, ainda, que 8 em cada 10 mulheres gestantes ou puérperas que morrem no mundo, estão no Brasil; e, por isso, a urgência de se debater este tema. Cláudia sinalizou que buscará maiores informações, seja com a Câmara ou com as Conselheiras da Secretaria Municipal da Saúde. Heloisa lembrou que a próxima reunião ordinária seria no dia 31 de maio. Cláudia agradeceu a presença de todas e encerrou a reunião.

#### Encaminhamentos:

1. A Mesa Diretora solicitará uma reunião com as Secretárias de SMDHC e SMADS.
2. O Conselho elaborará um documento expressando seu descontentamento com a transferência dos equipamentos, bem como seus questionamentos sobre a forma como isso acontecerá;
3. Solicitar à Comissão de Redes que indique a situação de cada equipamento (número de servidoras, disponibilidade de recursos para a realização do trabalho e afins)
4. Convocar outra reunião extraordinária para debater o tema
5. Maria Lucia indicou que no Plano de Metas do Jabaquara, foi incluída a criação de um CRM e uma Casa Abrigo, e que precisaria de ajuda da SMDHC para a efetivação. Precisa dar uma devolutiva até dia 31.

#### ATA 5\_31.05.2021

Em trinta e um de maio de dois mil e vinte e um às 17h, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES se reuniram em ambiente virtual na plataforma Teams da Microsoft. Havendo o quórum necessário previsto no regimento interno para a instauração da reunião, esta foi estabelecida. Cláudia deu início à reunião e estabeleceu a votação para a aprovação da ata da reunião ordinária anterior, realizada no dia três de maio. Por unanimidade, a ata foi aprovada. Ana Cristina apresentou o primeiro ponto de pauta, a eleição do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, inicialmente prevista para ocorrer em 2021. Ana Cristina lembrou que as gestões têm duração de dois anos, indicando que a gestão atual se findaria, portanto, ao final do ano de dois mil e vinte e um, e observou que na atual conjuntura de incertezas advindas da pandemia, a pauta deveria ser debatida para que se decidisse, de forma cautelosa e responsável, se a eleição de fato ocorreria; e em caso positivo, como este processo seria gerido sob as atuais circunstâncias. Ana Cristina lembrou, ainda, que no ano de dois mil e dezoito o Conselho votou pelo adiamento, em um ano, das eleições que ocorreriam naquele mesmo ano, e assim foi feito. Ana Cristina observou que o maior desafio atual é a pandemia, e comentou sobre outros Conselhos que, como o CPM, partem também da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania estão se organizando para suas respectivas eleições, e citou que alguns optaram por realizá-las no formato híbrido: parte no ambiente virtual e parte presencialmente. Pautou, ainda, que muitas mulheres não têm acesso à bons equipamentos tecnológicos e à rede de internet, e indicou que o Conselho deveria ponderar tais nuances para deliberar a realização da eleição em dois mil e vinte e um, ou o adiamento da mesma. Fátima dos Santos discorreu sobre a importância das eleições do Conselho, e da responsabilidade em organizá-la da melhor forma possível, garantindo uma ampla adesão de mulheres. Fátima comentou que é Conselheira também no Conselho Municipal de Habitação, o qual adiou suas eleições por dois anos em decorrência da pandemia. Observou, ainda, que as mulheres, sobretudo as periféricas, terão sua participação cerceada neste processo, uma vez que as condições de acesso à internet muitas vezes são incipientes; como também ponderou sobre os riscos associados à infecção por coronavírus caso o Conselho decida realizar suas eleições no formato presencial. Adriana Magalhães concordou com as colocações de Fátima, e indicou que na atual conjuntura, mesmo o modelo híbrido parece inadequado, tanto pelas dificuldades de acesso à internet quanto à insegurança na exposição ao vírus no caso de um encontro deliberativo presencial, sugerindo que o mandato fosse prorrogado até o momento em que houvesse biossegurança para a realização das eleições de forma presencial, isto é, quando a totalidade da população brasileira estiver vacinada e imunizada. Melissa concordou com Fátima e Adriana, e observou não ser prudente realizar uma nova eleição neste cenário de incertezas no que tange à adesão das mulheres, independentemente do modelo adotado, híbrido ou não. Neide concordou com todas as colocações que lhe antecederam, e comentou que no movimento por moradia no qual é atuante, houveram eleições virtuais com notáveis defasagens participativas em decorrência da desigualdade no que tange os acessos à internet e equipamentos tecnológicos. Indicou, ainda, que é Conselheira Estadual da PROESP, e as eleições do Conselho em questão foram adiadas na pandemia, e expressou ser favorável ao mesmo encaminhamento para o CPM. Cláudia comentou dos desafios enfrentados em 2020 na adequação do Conselho ao ambiente virtual, expressou sua preocupação na elaboração de uma eleição, seja virtual, presencial ou híbrida e sugeriu a prorrogação da gestão, enfatizando a importância do Conselho se ater aos movimentos legais implícitos neste processo. Alexandra concordou com as falas prévias, e manifestou sua preocupação no tocante à adesão de candidatas à eleição subsequente, e sugeriu a prorrogação da gestão. Ana Cristina observou que a intenção de postergar as eleições é unânime entre as Conselheiras, e abriu para votação. Sem objeções, o Conselho aprovou a prorro-

gação da atual gestão por mais um ano. Dando continuidade aos pontos da pauta, Heloisa apresentou a campanha "Informe Mulheres, Transforme Vidas", da Carter Center, realizando uma breve contextualização: a Carter Center é uma ONG do ex-presidente estadunidense Jimmy Carter e oferece uma série de editais anualmente, contemplando diversos temas contemporâneos. Neste ano, lançou um edital acerca da violência contra a Mulher, o qual a Prefeitura de São Paulo se inscreveu e foi contemplada. Em tais editais, o Carter Center disponibiliza um recurso financeiro aos contemplados, e as prefeituras realizam as campanhas nos moldes previstos nos editais. Cabe à prefeitura, portanto, regir uma campanha que siga as premissas estabelecidas no edital. A Secretaria Municipal de Relações Internacionais, responsável pela aplicação da PSP no edital, e em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, acordou que o foco da campanha seria a divulgação dos Centros de Cidadania da Mulher. Heloisa firmou o objetivo da presente pauta como sendo o levantamento de entidades representadas no Conselho que estariam dispostas a receber o material da campanha para fazer a divulgação do mesmo. Camila perguntou se apenas os CCMS seriam contemplados na divulgação, ou os CRMs e CDCMs também estariam inclusos, e também questionou se algumas outras informações acerca dos direitos das mulheres que sofreram alguma violência estariam incluídas no material informativo, tal como o aborto legal em casos de gravidez decorrentes de estupro e as profilaxias legalmente garantidas frente ao risco de contaminação de IST ou HIV em situações de violência sexual, observando que alguns serviços não detêm este compilado de informações acerca dos direitos das mulheres e podem, inclusive, fornecer uma informação equivocada para as mulheres que buscam o atendimento. Heloisa informou que a campanha abrangerá toda a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, contudo os CCMS foram escolhidos pelo financiador da campanha por conta de certas especificidades requeridas no edital. Informou, ainda, que houve uma consulta pública pela equipe de Governo Aberto da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e constata-se que a maior demanda foi a divulgação da rede de enfrentamento, e foi acordada realizar a divulgação de toda a rede, contudo enfatizando o Centro de Cidadania da Mulher. Adriana Magalhães perguntou sobre a viabilidade da impressão de crachás para as Conselheiras, e indagou se haveria uma apresentação prévia dos materiais da campanha para as Conselheiras. Ana Cristina confirmou que os crachás serão impressos, mas que a campanha em questão em nada influi neste processo. Algumas Conselheiras indagaram se o Conselho estaria em posição de fazer alterações nos materiais da campanha, e Heloisa reiterou que a campanha não partiu da Coordenação de Políticas para Mulheres, e nem mesmo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; mas sim da aplicação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais à um edital internacional. O perfil da campanha já estava, portanto, pré-estabelecido, uma vez que o edital prevê critérios que devem necessariamente serem cumpridos por quem se aplica a este e é contemplado pelo mesmo, e desta forma, não caberia ao Conselho propor alterações nos materiais. Adriana Pereira (via chat), Adriana Magalhães, Fátima dos Santos, Alexandra, Neide e Melissa demonstraram uma preocupação em se inscrever na rede de transmissão destes materiais da campanha para divulgá-los nas entidades, sem antes verificar o conteúdo dos mesmos. Heloisa, Ana Cristina e Cláudia esclareceram que, uma vez inseridas na rede de transmissão, as Conselheiras receberiam os materiais e caberia à elas a decisão de divulgá-los ou não; e a proposta da pauta no Conselho era a coleta dos dados das Conselheiras que estivessem interessadas em participar da campanha, não havendo, contudo, a obrigatoriedade destas de divulgar os materiais caso inscritas para o recebimento destes. Avançando para o próximo ponto da pauta, Cláudia informou a proposta da realização de um seminário de enfrentamento à violência contra a mulher, a ocorrer entre agosto e setembro, em ambiente virtual. A proposta contaria com a participação das Conselheiras, e com divulgação para o público externo. Melissa questionou se as Conselheiras teriam participação na elaboração do seminário. Cláudia elucidou que a mesa diretora construiria a programação do seminário, pensando em datas e convidadas, e traria um compilado de sugestões em um esboço, para que as Conselheiras consultassem e participassem da construção. Cláudia indicou, ainda, a importância da criação de materiais a partir da elaboração do seminário, para que a contribuição deste à sociedade seja ampliada. Kamila comentou que contribuiu com a construção do Fórum da Criança, na Vila Maria, realizado pela plataforma Meet e contando com a presença de 100 pessoas, número que configura o limite da participação síncrona nesta plataforma. Kamila comentou que, de forma a ampliar a audiência, houve uma articulação com os CCas das Crianças e Adolescentes, e o fórum pôde ser transmitido também nestes espaços, ampliando o alcance de telespectadores. Kamila sugeriu a consideração desta estratégia, visando ampliar o alcance do seminário, sobretudo para as mulheres que não dispõem de condições adequadas de acesso à internet. Cláudia pontuou que a proximidade do Conselho com centrais sindicais, redes de moradia, entidades e equipamentos viabilizaria o sucesso desta estratégia. Maria Lucia pontuou a importância dos temas "saúde mental", "pobreza menstrual" e "morte materna" serem contemplados no seminário. Encerradas as considerações acerca deste ponto de pauta, Cláudia lembrou que na reunião extraordinária anterior, ocorrida em vinte e seis de junho de 2021, houve a deliberação para que a mesa diretora organizasse uma reunião com a Secretária da SMDHC, Cláudia Carletto, para discutir a questão dos equipamentos e do auxílio aluguel. Cláudia sinalizou que a mesa diretora está se organizando para isto, e que em breve surgiriam novas informações. Camila informou que já havia solicitado a reunião com a secretária, em nome da presidente do conselho, Cláudia Rodrigues, da vereadora Juliana Cardoso e representantes da comissão de redes. A reunião estava prevista para o dia seguinte, em primeiro de junho, todavia por questões de disponibilidade da Secretária, a reunião foi adiada para o dia 15, às 11h. Cláudia solicitou a Camila para que sempre repassasse ao grupo oficial do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres as pautas relacionadas às mulheres que estivessem tramitando na Câmara dos Vereadores. Por fim, Cláudia agradeceu a participação de todas e encerrou a reunião

#### Encaminhamentos:

1. Mesa Diretora discutirá a programação do seminário
2. Encaminhar a da lista de transmissão do material da campanha para as Conselheiras que demonstrassem interesse

#### ATA 6\_28.06.2021

No dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Heloisa realizou a contagem do quórum e instaurou a reunião. Cláudia Rodrigues iniciou informando que, por motivos de saúde, não conseguiria conduzir a reunião. Cláudia sugeriu que a discussão partisse da votação das atas das duas últimas reuniões do pleno, a extraordinária, ocorrida no dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, e a ordinária, ocorrida no dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um. Sem objeções, o Pleno aprovou as atas. Heloisa lembrou ao Pleno que durante o processo de transcrição das atas, valendo-se da gravação da reunião em questão, não é possível visualizar manifestações feitas via chat e, portanto, estas não constam no registro; as gravações captam apenas recursos de vídeo e áudio. Dando início às discussões do primeiro ponto da pauta sugerido pela Conselheira Ana Kraus, o PL "Escolhi Esperar", Ana informou que houve uma reunião no Fórum de Mulheres da Zona Oeste,

ao qual é integrante, e nesta houveram manifestações de preocupação em relação ao andamento do Projeto, bem como questionamentos acerca da atuação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres frente a este. Ana Kraus pontuou que sua sugestão ao indicar o PL como ponto de pauta da presente reunião baseou-se na intenção de suscitar um debate no Conselho acerca do Projeto e de possíveis encaminhamentos para este; e não propriamente para trazer informações a respeito do PL. Antes das discussões acerca do Projeto serem iniciadas, Ana Kraus partilhou os informes da Zona Oeste, região da qual é Conselheira. Indicou que convocou uma reunião com outras mulheres da região para debater as ações do fórum e de outros grupos. Ana Kraus comunicou que o Fórum mapeou todas as comunidades da Zona Oeste, e tem conseguido auxiliá-las com o fornecimento de marmittas e materiais de higiene e limpeza. A Conselheira também manifestou sua preocupação com a atual conjuntura no que concerne às maternidades, observando o fechamento de seis destas, além de denúncias por parte de parturientes e puérperas que são impedidas de terem seus acompanhantes juntos de si em tempo integral dentro das maternidades e do declínio da atenção no pré-natal, resultando, segundo ela, em partos prematuros e outros problemas durante o período de gestação. Ana Kraus solicitou a suscitação do debate também acerca destas mazelas, que acometem não apenas a Zona Oeste de São Paulo, mas também as demais regiões. Cláudia convidou Camila, Conselheira representante da Câmara Municipal, a contribuir com maiores informações acerca do Projeto de Lei "Escolhi Esperar", e informou ao Pleno que algumas Conselheiras participaram das audiências públicas referentes ao Projeto, manifestando-se contrariamente. Adriana Magalhães propôs ao Conselho que redigisse uma nota institucional contrária ao Projeto. Camila explicou que o PL 813, redigido pelo vereador Rinaldi Digilio, em princípio era um projeto no âmbito do calendário da cidade na semana do "Escolhi Esperar", passando, posteriormente, a configurar um programa da Secretaria Municipal da Saúde. O nome fantasia do projeto alude à uma prática de abstinência sexual, comumente adotada em comunidades cristãs. Camila informou que a bancada feminina está articulada e investindo esforços para a obstrução do projeto, e informou que o mesmo já passou por duas audiências públicas e que conta com amplo apoio, inclusive no Executivo. Informou, ainda, que o Projeto seria votado em 17 de junho, todavia as vereadoras contrárias conseguiram a prorrogação da votação, ainda sem data definida. Camila concordou com a proposição de uma nota institucional e sugeriu, ainda, que o Conselho busque apoio da Secretária de Direitos Humanos, Cláudia Carletto. Camila comentou também acerca do PL pela dignidade menstrual e as mobilizações de mulheres em prol do projeto, considerando a pobreza menstrual que acomete milhões de meninas e mulheres no país, sobretudo as que estão em situação de rua, as que estão em privação de liberdade e as que se encontram em uma situação de vulnerabilidade. Camila informou que o Governador João Dória anunciou a criação de um programa estadual para distribuição de absorventes higiênicos para jovens que estejam matriculadas nas escolas e que Ricardo Nunes apresentou um programa bastante semelhante. Camila reconheceu a sensibilidade do governador nesta proposição, mas indicou a necessidade de que ela seja mais ampla e que abranja não apenas as escolas, mas também nos serviços de assistência e saúde, considerando que a pobreza menstrual não é exclusiva a estudantes. Camila informou ainda que a vereadora Juliana Cardoso iniciou uma articulação com a bancada feminina para a construção de um substitutivo ao PL do executivo, que contemplasse a ampliação da distribuição dos absorventes, e considerasse a utilização de absorventes sustentáveis nestes kits a serem distribuídos, como também a inclusão do item nas cestas básicas. Camila informou que no vigente dia da reunião à qual esta ATA relata, houve a segunda audiência pública do PL do Executivo, contando com a participação de representantes que se posicionaram contrárias ao projeto nos moldes atuais. Sugeriu, ainda, que o Conselho redija uma nota considerando as alterações no Projeto para que este seja amplo e de fato eficaz. Cláudia propôs o encaminhamento da Mesa Diretora produzir os dois documentos: a contestação do PL Escolhi Esperar e a manifestação em favor do substitutivo do PL pela Dignidade Menstrual, que serão posteriormente encaminhados às Conselheiras para apreciação e aprovação; uma vez aprovados, serão destinados à Câmara. Partindo para o próximo ponto de pauta, a respeito do seminário que será oferecido pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, o Pleno decidiu que este ocorrerá em agosto. Heloisa elucidou que a proposta de temas e candidatas ainda será desenvolvida, mas certamente rodeará o âmbito da violência contra a mulher. Roberta sugeriu que o tema dos seminários permeie os temas dos Grupos de Trabalho, para que haja um direcionamento de ações a partir deste. Regina sugeriu que o Conselho convide a Profª Drª Eunice Prudente, docente da USP e Secretária Municipal de Justiça, e Coordena um Grupo de Estudos acerca do Projeto de Lei "Princípios da Prova em Crimes Sexuais", que envolve diretamente a questão da mulher, e sugeriu que haja um foco na questão racial da violência contra a mulher. Dando continuidade aos pontos da pauta, Adriana Magalhães discorreu sobre os informes do Auxílio Aluguel. Adriana Magalhães lembrou as discussões suscitadas no Conselho há alguns meses sobre o Auxílio e suas dificuldades, sejam as relacionadas ao acesso por parte das solicitantes, configuradas por exemplo na necessidade de medida protetiva, de abertura de conta bancária, das dificuldades nos fluxos de atendimento e nos equipamentos, tendo o Conselho articulado com outros órgãos, com parlamentares e com técnicas para que houvesse a mitigação destes entraves de acesso. Adriana Magalhães informou que a questão da obrigatoriedade de abertura de conta bancária já foi regularizada junto ao Banco do Brasil. Adriana Magalhães informou ainda do substitutivo que prevê, além da medida protetiva e do boletim de ocorrência, que haja a possibilidade de concessão do benefício através de um relatório elaborado pelas técnicas dos equipamentos. Cláudia observou o "acúmulo do progresso" nas ações e encaminhamentos do Conselho, que vinha debatendo a questão do Auxílio Aluguel ao longo de suas últimas reuniões, provendo articulações que resultaram em importantes avanços para as mulheres paulistas sujeitas a situações de violência doméstica. Camila complementou a fala de Adriana indicando a existência de dois projetos: um substitutivo elaborado pela vereadora Juliana Cardoso para alterar a lei 17.320, enviado logo após uma reunião com a Secretária de Direitos Humanos; e, paralelamente, a bancada feminina elaborou outro projeto, comumente à criação da Central Única de Vagas dos abrigos, e incluiu a questão da medida protetiva não ser um critério exclusivo para o acesso ao auxílio. Ana Cristina acrescentou, ainda, que a criação da Central Única de Vagas é uma demanda da NUDEM e de SMADS, uma vez que facilitaria o fluxo e os acessos destas mulheres aos serviços de atendimento. Indicou ainda que a vereadora apresentou o PL à CPM, que remeteu ao gabinete para apreciação, e estão aguardando o recebimento do mesmo por parte da Casa Civil. Ana pontuou, ainda, que no tocante à concessão do auxílio, para além da legislação, haviam também embates administrativos. Para a resolução destes, a participação da Adriana Magalhães foi de grande relevância, uma vez que ela detém a capacidade de articulação dentro das instituições bancárias, que fizeram diferença para a resolução de um dos entraves de acesso ao benefício, sendo a obrigatoriedade e abertura de conta no Banco do Brasil. Ana apreciou que todos os resultados obtidos na luta pelo combate à violência contra a mulher são frutos de trabalho em equipe. Maria Luisa informou que diariamente os canais SP 156 recebem ligações de mulheres com dúvidas acerca de condições de acesso e valores do benefício, e que não há informações oficiais sobre o auxí-

lio disponibilizadas nos canais 156 para que os operadores possam sanar estas dúvidas. Maria Luisa indicou a importância de se agrupar estas informações para serem disponibilizadas nos canais. Ana Cristina comentou que, antes da reunião com a vereadora, houve uma reunião com o MP e o NUDEM, e comprometeram-se que houvesse uma ampla divulgação das informações para as mulheres e os serviços. No site da SMDHC estas informações estão agrupadas, bem como orientações sobre o funcionamento do fluxo de atendimento. Partindo para o último ponto da pauta, o fechamento das maternidades, Cláudia informou que buscou por mais informações estes fechamentos e recebeu um retorno do Tatuapé, informando que o fechamento havia se dado em decorrência da solicitação de rompimento do contrato por parte da instituição que realizava a gestão. Adriana Magalhães informou que dentre as maternidades fechadas, algumas estavam sob responsabilidade do município e outras do Estado; e que algumas destas estaduais foram fechadas ao início da pandemia, para que o espaço fosse destinado ao atendimento às pessoas infectadas pelo coronavírus. Todavia, algumas maternidades ainda estão tendo seus contratos cancelados, como as da Região Sul: maternidade da Santa Casa, de Santo Amaro; do Hospital Vila Penteado; do Hospital Geral de Guaianazes e do Hospital Waldomiro de Paula. Adriana Magalhães comentou que acredita que já deve ter havido demandas de vereadores junto ao Secretário Municipal de Saúde a respeito do tema, e propôs que o Conselho procure a Secretaria Municipal de Saúde para solicitar maiores esclarecimentos sobre a forma de atendimento das gestantes, que agora por muitas vezes recorrem às UBS. Camila informou que frente aos fechamentos, houveram requerimentos de maiores informações e de uma audiência pública, mas que não foram aprovados. Complementando o encaminhamento proposto por Adriana Magalhães, Camila sugeriu que o Conselho envie algum documento ou requerimento para a Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, mandando a realização de uma audiência pública. Cláudia propôs que o Conselho procure o Conselho Municipal de Saúde, para que os dois encaminhamentos anteriores sejam realizados em conjunto entre os Conselhos. Ana Kraus comentou que a vereadora Juliana Cardoso enviou um ofício ao Secretário de Saúde solicitando uma reunião para tratar sobre o Hospital Mário Degni, e sugeriu que o Conselho adote a mesma estratégia e envie um ofício ao Secretário, todavia solicitando por informações referentes à todas as maternidades fechadas. Ana demonstrou apoio à proposta de Cláudia sobre a aproximação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres com o Conselho de Saúde. Adriana Pereira informou que no início da pandemia, a maternidade do Hospital Regional Sul, de Santo Amaro, foi transferida para a maternidade Interlagos, restando às gestantes residentes de Santo Amaro apenas o Hospital do Campo Limpo, que está sobrecarregado. Informou, ainda, que participou de uma reunião com o coordenador do Fórum Regional de Saúde Sul, na qual debateram, entre outras demandas, a questão das maternidades. Para a reunião em questão, convidaram a Deputada Bebel para participar e a mesma se empenhou em solicitar uma auditoria na ALESP e convidar o Secretário Estadual para dar maiores informações sobre a questão das maternidades estaduais. Adriana Pereira apoiou a participação da Comissão da Saúde nos encaminhamentos propostos. Heloisa relembrou que na Prefeitura há o sistema eletrônico SEI e sugeriu que o ofício a ser redigido seja encaminhado para a Secretaria de Saúde através deste sistema. Encerrados os pontos de pauta, Cláudia se despediu das Conselheiras e encerrou a reunião.

#### ENCAMINHAMENTOS:

- Mesa Diretora: redigir uma nota contrária ao PL "Escolhi Esperar" e uma nota de apoio ao substitutivo proposto pela bancada feminina em relação ao PL pela Dignidade Menstrual;
- Procurar a SMS para solicitar informações sobre o fechamento das maternidades;
- Enviar um requerimento para a Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher solicitando uma audiência pública.
- Procurar o Conselho Municipal de Saúde para articular que os dois últimos encaminhamentos acima sejam realizados em conjunto. A Comissão de Saúde do Conselho pode articular estas agendas.

#### ATA 7\_26.07.2021

No dia vinte e seis de julho de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Após atingir o quórum necessário estabelecido pelo regimento interno do Conselho, a reunião foi instaurada pela presidente Claudia Rodrigues. Heloisa apresentou os pontos de pauta: 1. Aprovação da ata; 2. Informes sobre os GTs; 3. Informes sobre o seminário proposto pelo Conselho; 4. Informes sobre o fechamento das maternidades e 5. Informes sobre a distribuição de Tablets para alunos da rede municipal. Iniciando os pontos de pauta, Cláudia convocou a votação para aprovação da ata da reunião anterior, ocorrida em vinte e oito de junho. Sem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo para o próximo ponto de pauta, Adriana Pereira passou os informes do Grupo de Trabalho da saúde, ao qual faz parte. Adriana Pereira informou que haverá uma reunião em vinte e oito de julho junto à Comissão de Saúde para discutir o fechamento das maternidades, e informou que propôs, também, uma reunião com o GT de Equipamentos. Cláudia informou que no GT da Casa da Mulher Brasileira houve uma primeira reunião introdutória e que já começaram a surgir demandas, que foram solucionadas pelas mulheres que acompanham a Casa juntamente com a Coordenadora de Mulheres do município. Antes de dar prosseguimento aos pontos de pauta, Heloisa lembrou que o Conselho pode enviar ofício para a Comissão da Saúde da Mulher do Conselho Municipal de Saúde, para formalizar os questionamentos do pleno. Cláudia contemplou a sugestão de Heloisa, e indicou que um momento propício para tanto será após o Conselho Municipal de Saúde enviar alguns dados solicitados pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres. Seguindo para o terceiro ponto da pauta, Cláudia relembrou que o seminário ocorrerá na segunda quinzena de agosto, e sugeriu tema e convidados: "15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Desafios", convidando os órgãos jurídicos que tratam da questão como o Ministério Público, e sugeriu, também, que no seminário haja o recorte da relação entre gênero e educação. Cláudia informou que entrou em contato com alguns possíveis convidados, e que está dialogando com o Instituto Maria da Penha. Informou, ainda, que oficializará um convite à própria Maria da Penha. O seminário será 100% online, como o Pleno havia decidido por unanimidade anteriormente, visando o maior segurança das participantes e seus familiares. Cláudia sugeriu, ainda, que o Conselho procure a Secretária de Direitos Humanos e a Coordenadora de Políticas para Mulheres visando maior divulgação do seminário.

Ana Cristina observou na discussão uma oportunidade para agradecer a conselheira Regina Santana pela indicação de convidada na reunião anterior. Ana Cristina comentou que a Mesa Diretora, no ato da escolha do tema do seminário, ponderou as possibilidades e optou por seguir o recorte apresentado por Cláudia, que é de se debater a lei e as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher; desta forma, observando que o trabalho da indicada à convidada, Dra. Eunice Prudente, se direciona a outros âmbitos como a escuta das mulheres vítimas de violência nos processos penais, optou-se por seguir com outras convidadas. Ana Cristina relembrou a importância do tema permeou os 15 anos da lei, seus avanços e seus pontos a serem desenvolvidos, bem como discutir a capacidade de atuação do Conselho neste âmbito, uma vez que detém propriedade para solicitar o remanejamento da lei. Ana fez ainda um adendo sobre a

importância das contribuições das Conselheiras na construção do seminário, com sugestões de direcionamentos dentro do tema, convidadas e afins. Ficou acordado que o Conselho enviará os convites na semana seguinte. Prosseguindo para o próximo item da pauta, a devolutiva sobre o fechamento das maternidades, inserido no grupo de trabalho de saúde. Ana observou que, conforme Adriana Pereira havia informado, a reunião com a Comissão de Saúde ocorrerá na semana seguinte, e desta emanarão insumos para serem debatidos no Conselho, sobretudo acerca das informações do fechamento das maternidades. Desta forma, por questões puramente temporais, este ponto de pauta não pôde ser desenvolvido. Heloisa informou que convidou dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde para a presente reunião, para que trouxessem maiores informações; todavia não obteve resposta. Dando prosseguimento ao próximo ponto da pauta, Adriana Magalhães informou ao Pleno que em reunião da Mesa Diretora propôs que fosse feito o questionamento à Secretaria de Educação acerca do cronograma de entrega de quinhentos mil tablets, juntamente com chips, para os estudantes da rede municipal. Adriana Magalhães informou que Heloisa encaminhou um ofício à Secretaria Municipal de Educação convidando alguma representante da Secretaria para participar da presente reunião e informar a atual situação da distribuição dos tablets. A Conselheira Taize Grotto, da Secretaria Municipal de Educação, informou que entrou em contato com o setor de tecnologia da SME para buscar informações. Taize informou que ainda no passado, na gestão anterior, foi feita uma licitação referente aos tablets, e posteriormente, outra referente aos chips, indicando um desencontro. Houve ainda uma greve de grande parte dos servidores, culminando em um atraso na entrega. Taize confirmou que 300 mil tablets já foram entregues, e indicou, ainda, que um dos grandes motivos da lentidão da entrega se dá pela necessidade de configuração de cada um dos chips que acompanham os tablets, realizada pela equipe de tecnologia da SME. Taize informou que a previsão da entrega final é para o final de agosto. Taize indicou, ainda, que após a entrega dos tablets devidamente configurados, há ainda o entrave do cenário híbrido entre os estudantes, no qual uma parte voltou às aulas presenciais e muitos ainda estão estudando remotamente. Desta forma, caberá às escolas organizar a distribuição dos tablets na residência de cada um dos alunos que estão no sistema remoto. Heloisa indicou que o ofício para a Secretaria Municipal de Educação já foi enviado, e que uma vez respondido, as informações serão repassadas ao Pleno. Cláudia relembrou que há alguns meses o Conselho discutiu a construção de mais uma Casa da Mulher Brasileira na cidade de São Paulo, mais especificamente da Zona Leste, justamente por ser a região mais rarefeita em termos de estrutura e serviços públicos. A proposta teve adesão em 5 subprefeitura, sendo a 8ª mais votada em Aricanduva, 6ª mais votada na Penha, 3ª mais votada na Vila Prudente e Ermelino Matarazzo, e a 1ª mais votada em São Miguel Paulista. Considerando que apenas as 5 mais votadas de cada subprefeitura serão acolhidas, a construção da Casa da Mulher Brasileira teve posição de destaque em três subprefeituras supracitadas. Cláudia informou que o Conselho levará a campanha de construção à Câmara e à Prefeitura, além de ter uma aproximação maior com a SMDHC a fim de adquirir maiores informações sobre os trâmites da inclusão da nova CMB no orçamento. Informou, por fim, que esta questão será discutida na Mesa Diretora, e em breve o Pleno receberá as devolutivas. Heloisa relembrou que há algum tempo a Mesa Diretora trouxe informes sobre a campanha do Carter Center, mas que não haviam enviado o e-mail de manifestação de interesse em recebimento dos materiais da campanha, isto porque os materiais ainda não haviam chegado. Heloisa informou que os materiais finalmente chegaram e que mandará o link de inscrição de interesse, e reiterou que os materiais permeiam o âmbito da divulgação da Rede de Enfrentamento da violência contra a mulher em São Paulo. Adriana Magalhães compartilhou um informe do sindicato dos servidores sobre uma ação deste, que se posiciona contrariamente ao retorno do trabalho presencial para mulheres gestantes e puérperas. O Ministério da Saúde prevê que estas mulheres permaneçam em teletrabalho até que estejam completamente imunizadas, todavia a Secretaria Municipal de Saúde não está seguindo suas atividades de acordo com o parecer ministerial, e servidores gestantes ou puérperas estão sendo submetidas à volta ao trabalho presencial. Adriana Magalhães comunicou que o sindicato enviou um ofício à SMS e aguarda retorno. Roberta Tasselli informou que entrou em contato com SMADS no mesmo dia da presente reunião, representando o Grupo Mulheres do Brasil, para solicitar maiores informações sobre as ações da Secretaria frente a violenta frente fria que acomete a cidade de São Paulo neste momento e expõe ainda mais as pessoas em situação de rua à vulnerabilidade. Roberta comunicou que o Grupo está buscando dar visibilidade para as instituições que estão elaborando a expansão das doações e da rede de assistência à população desabrigada na cidade. Roberta informou, ainda, que a Secretaria comunicou que um dos centros que receberá as doações é o Cidade Solidária, programa inserido no âmbito da SMDHC, e pontuou a importância de articulação e divulgação desta ação junto à SMDHC; e indagou, ainda, como o Conselho poderia contribuir com isto. Cláudia sugeriu acionar SMADS para saber quais ações extraordinárias estão sendo executadas neste momento de emergência e inverno, sobretudo nos dias em que o frio está mais rigoroso e as ações mais comuns, como distribuição de cobertores, não são suficientes. De modo a oficializar este pedido à SMADS, Roberta e Adriana Magalhães elaboraram um ofício e Heloisa o encaminhará para SMADS via e-mail e sistema eletrônico. Ana Cristina observou que o GT de Comunicação pode contribuir para a construção do ofício. Adriana Magalhães compartilhou que os bancários estabeleceram uma parceria com o Projeto RedeRua, voltado à população em situação de rua; e buscará uma articulação com estes. Sem mais pontos a serem discutidos, Cláudia agradeceu a presença de todas e encerrou a reunião.

#### ENCAMINHAMENTOS

- Roberta encaminhará ofício à SMADS para tratar a situação da PopRua;
- Enviar convites para o seminário;
- Procurar a Cláudia Carletto para articular maior visibilidade ao seminário;
- A Mesa Diretora discutirá a proposta de construção da nova CMB Leste;
- Enviar o formulário de interesse no recebimento dos materiais da Carter Center.

#### ATA 8\_30.8.2021

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Em segunda chamada e após atingir o quórum necessário estabelecido pelo regimento interno do Conselho, a reunião foi instaurada pela presidente Claudia Rodrigues. Heloisa apresentou os pontos de pauta: 1. Aprovação da ata do mês anterior. 2. Informes sobre o seminário do Conselho de Políticas para Mulheres. 3. Nota de repúdio sobre a eleição do deputado Fernando Cury, ao conselheiro estadual de criança e adolescente. 4. Devolutiva sobre os ofícios enviados enquanto Conselho. 5. Terceirização da Casa Eliane de Grammont e 7. Data prevista para a abertura da Casa de Passagem da rua Dr. Bacelar, solicitações de inclusão de pauta, das Conselheiras Adriana Oliveira e Camila Furchi (itens 6 e 7). Heloisa inicia o procedimento de votação da ata da reunião anterior. Sem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação, Ana Cristina informou que presidente Claudia Rodrigues não irá participar ativamente, mas sim como ouvinte. Seguindo o próximo ponto de pauta, Ana Cristina oferece ao pleno os informes sobre o seminário do Conselho que terá como tema a Lei Maria da Penha, seus avanços e sua aplicabilidade, informa que a mesa irá fazer o delineamento da temática e definir palestrantes e mediadores para as mesas temáticas, assim que definidos esses pontos, a Mesa Diretora procederá com o convite das palestrantes e mediadoras. A data da atividade ficou definida para 18 de outubro de 2021. Ana informa ainda que a Mesa Diretora entende que este seminário faz parte do processo de formação das conselheiras e atualiza-las com relação às pautas que são voltadas para mulheres da cidade é fundamental. Encaminhando para o terceiro ponto de Pauta, sobre a nota de repúdio à eleição do deputado Fernando Cury para o Conselho

Estadual da Criança e Adolescente, Ana solicita que Heloisa resgate os termos do regimento interno do CPMMP acerca das formas de manifestação regulamentares do Conselho. Após a leitura dos termos do Art. 16 do regimento interno e Adriana Magalhães inicia informando que a nota em questão surgiu de uma demanda levantada no grupo de WhatsApp composto pelas Conselheiras e solicita à Conselheira Roberta que é autora do texto que compartilhe com o conjunto das conselheiras seu teor, Roberta explica que a proposta é que o CPMMP a aprove manifestação por meio de nota de repúdio a eleição ao deputado Fernando Cury, acusado de importunação sexual contra a Deputada Isa Pena como Conselheiro Estadual de Criança e Adolescente, Roberta informa que em 24/8 a justiça barrou a sua posse do deputado Cury, e ao elaborar a nota, já foi considerada a decisão da justiça. Heloisa propõe que seja votado o acolhimento da nota de repúdio. Sem objeções a nota foi aprovada pelas Conselheiras. Dando continuidade às pautas, Heloisa informa ao pleno sobre as respostas dos ofícios enviados pelo CPMMP via Plataforma de Processos Eletrônicos. O Primeiro deles, solicita informações à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e trada da solicitação de informações sobre ações de contenção de danos em razão das baixas temperaturas encaminhada. Em seu ofício resposta a SMADS informa sobre tendas para o acolhimento emergencial e serviço de transporte para esses espaços de acolhimento, entre outros pontos. O segundo ofício, encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação trata da disponibilização de tablets para estudantes do ensino público, tendo Secretaria respondido os questionamentos enviados informando a quantidade de equipamentos a serem entregues até o fim do projeto, bem como os métodos de ativação dos chips e manutenção dos equipamentos. Avançando para o próximo tema ser discutido, o pleno passa a debater sobre a data prevista para a abertura da Casa de Passagem da Rua Dr. Bacelar. Ana Cristina informa ao pleno que em razão da situação de pandemia, a casa de passagem que foi entregue em 2019 está sendo usada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e solicita que a conselheira de SMADS compartilhe com o pleno maiores detalhes das questões envolvendo o uso da casa de passagem. Patrícia Godoi explica que a Casa está sendo ocupada pela população em situação de rua que está com suspeita de covid-19. Camila questiona Ana Cristina sobre o impacto da casa de passagem não estar funcionando para o acolhimento das mulheres que sofrem violência além disso questiona qual a relação do isso da Casa de Passagem com o as transferências previstas no plano de metas, Ana Cristina responde que em relação ao impacto ele não foi sentido, pois houve um esvaziamento dos serviços principalmente de acolhimentos durante a pandemia, com a relação à transição dos equipamentos Ana Cristina informa que esta ainda é uma conversa entre os gabinetes de SMDHC e SMADS. Caminhando para a discussão do último item da pauta, que trata da terceirização da casa Eliane de Grammont, Adriana Magalhães inicia contextualizando a questão da terceirização e dizendo que trata-se de um serviço de atendimento à mulher especialização e que em sua opinião não deveria ser terceirizado, Adriana Magalhães sugere que o Conselho se manifeste contra essa questão, Camila complementa dizendo que a casa de Eliane de Grammont foi à primeira casa no País a prestar serviços de atendimento para as mulheres em situação de violência junto à 1ª Delegacia da Dulher, ela é referência para implantação de outras casas. Ana Cristina diz que está buscando uma data com a Secretaria de Direitos Humanos para debater as pautas do conselho e tentará alinhar com ela uma data para que questões como o processo de chamamento para gestão do CRM Eliane de Grammont possa ser discutido, Heloisa sugere que o CPMMP elabore um ofício que elenque todos os questionamentos e as demandas para encaminhar a SMADS e para SMDHC em relação às questões relacionadas aos termos do Plano de Metas da Cidade. As conselheiras discutem sobre elaborar e divulgar uma nota de repúdio em relação à terceirização da casa Eliane de Grammont, Adriana Magalhães apresentada a proposta de estrutura textual da nota em questão, Heloisa faz a contagem de votos e informa que com a quantidade de conselheiras votantes presentes a esse ponto da reunião, a proposta não foi aceita pelo Conselho. Adriana Magalhães então propõe a elaboração de uma nota que expresse a preocupação do pleno em relação a terceirização da casa Eliane de Grammont, essa nota, na proposta apresentada, deve solicitar esclarecimento à SMDHC em relação à terceirização da Casa Eliane e de forma geral sobre as transferências previstas no plano de metas da PMSP após votação, a nova proposta de nota foi aprovada pelo Conselho.

#### ENCAMINHAMENTOS

- GT de comunicação irá elaborar o pedido de esclarecimento sobre a privatização da casa Eliane de Grammont.
- Seminário CPMMP - Mesa diretora irá enviar os convites para os palestrantes e mediadores.
- Ana Cristina irá buscar uma data com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania para debater algumas pautas prioritárias para o Conselho.

#### ATA 8\_30.8.2021

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Em segunda chamada e após atingir o quórum necessário estabelecido pelo regimento interno do Conselho, a reunião foi instaurada pela presidente Claudia Rodrigues. Heloisa apresentou os pontos de pauta: 1. Aprovação da ata do mês anterior. 2. Informes sobre o seminário do Conselho de Políticas para Mulheres. 3. Nota de repúdio sobre a eleição do deputado Fernando Cury, ao conselheiro estadual de criança e adolescente. 4. Devolutiva sobre os ofícios enviados enquanto Conselho. 6. Terceirização da Casa Eliane de Grammont e 7. Data prevista para a abertura da Casa de Passagem da rua Dr. Bacelar, solicitações de inclusão de pauta, das Conselheiras Adriana Oliveira e Camila Furchi (itens 6 e 7). Heloisa inicia o procedimento de votação da ata da reunião anterior. Sem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação, Ana Cristina informou que presidente Claudia Rodrigues não irá participar ativamente, mas sim como ouvinte. Seguindo o próximo ponto de pauta, Ana Cristina oferece ao pleno os informes sobre o seminário do Conselho que terá como tema a Lei Maria da Penha, seus avanços e sua aplicabilidade, informa que a mesa irá fazer o delineamento da temática e definir palestrantes e mediadores para as mesas temáticas, assim que definidos esses pontos, a Mesa Diretora procederá com o convite das palestrantes e mediadoras. A data da atividade ficou definida para 18 de outubro de 2021. Ana informa ainda que a Mesa Diretora entende que este seminário faz parte do processo de formação das conselheiras e atualiza-las com relação às pautas que são voltadas para mulheres da cidade é fundamental. Encaminhando para o terceiro ponto de Pauta, sobre a nota de repúdio à eleição do deputado Fernando Cury para o Conselho

Estadual da Criança e Adolescente, Ana solicita que Heloisa resgate os termos do regimento interno do CPMMP acerca das formas de manifestação regulamentares do Conselho. Após a leitura dos termos do Art. 16 do regimento interno e Adriana Magalhães inicia informando que a nota em questão surgiu de uma demanda levantada no grupo de WhatsApp composto pelas Conselheiras e solicita à Conselheira Roberta que é autora do texto que compartilhe com o conjunto das conselheiras seu teor, Roberta explica que a proposta é que o CPMMP a aprove manifestação por meio de nota de repúdio a eleição ao deputado Fernando Cury, acusado de importunação sexual contra a Deputada Isa Pena como Conselheiro Estadual de Criança e Adolescente, Roberta informa que em 24/8 a justiça barrou a sua posse do deputado Cury, e ao elaborar a nota, já foi considerada a decisão da justiça. Heloisa propõe que seja votado o acolhimento da nota de repúdio. Sem objeções a nota foi aprovada pelas Conselheiras. Dando continuidade às pautas, Heloisa informa ao pleno sobre as respostas dos ofícios enviados pelo CPMMP via Plataforma de Processos Eletrônicos. O Primeiro deles, solicita informações à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e trada da solicitação de informações sobre ações de contenção de danos em razão das baixas temperaturas encaminhada. Em seu ofício resposta a SMADS informa sobre tendas para o acolhimento emergencial e serviço de transporte para esses espaços de acolhimento, entre outros pontos. O segundo ofício, encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação trata da disponibilização de tablets para estudantes do ensino público, tendo Secretaria respondido os questionamentos enviados informando a quantidade de equipamentos a serem entregues até o fim do projeto, bem como os métodos de ativação dos chips e manutenção dos equipamentos. Avançando para o próximo tema ser discutido, o pleno passa a debater sobre a data prevista para a abertura da Casa de Passagem da Rua Dr. Bacelar. Ana Cristina informa ao pleno que em razão da situação de pandemia, a casa de passagem que foi entregue em 2019 está sendo usada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e solicita que a conselheira de SMADS compartilhe com o pleno maiores detalhes das questões envolvendo o uso da casa de passagem. Patrícia Godoi explica que a Casa está sendo ocupada pela população em situação de rua que está com suspeita de covid-19. Camila questiona Ana Cristina sobre o impacto da casa de passagem não estar funcionando para o acolhimento das mulheres que sofrem violência além disso questiona qual a relação do isso da Casa de Passagem com o as transferências previstas no plano de metas, Ana Cristina responde que em relação ao impacto ele não foi sentido, pois houve um esvaziamento dos serviços principalmente os de acolhimentos durante a pandemia, com a relação à transição dos equipamentos Ana Cristina informa que esta ainda é uma conversa entre os gabinetes de SMDHC e SMADS. Caminhando para a discussão do último item da pauta, que trata da terceirização da casa Eliane de Grammont, Adriana Magalhães inicia contextualizando a questão da terceirização e dizendo que trata-se de um serviço de atendimento à mulher especialização e que em sua opinião não deveria ser terceirizado, Adriana Magalhães sugere que o Conselho se manifeste contra essa questão, Camila complementa dizendo que a casa de Eliane de Grammont foi à primeira casa no País a prestar serviços de atendimento para as mulheres em situação de violência junto à 1ª Delegacia da Dulher, ela é referência para implantação de outras casas. Ana Cristina diz que está buscando uma data com a Secretaria de Direitos Humanos para debater as pautas do conselho e tentará alinhar com ela uma data para que questões como o processo de chamamento para gestão do CRM Eliane de Grammont possa ser discutido, Heloisa sugere que o CPMMP elabore um ofício que elenque todos os questionamentos e as demandas para encaminhar a SMADS e para SMDHC em relação às questões relacionadas aos termos do Plano de Metas da Cidade. As conselheiras discutem sobre elaborar e divulgar uma nota de repúdio em relação à terceirização da casa Eliane de Grammont, Adriana Magalhães apresentada a proposta de estrutura textual da nota em questão, Heloisa faz a contagem de votos e informa que com a quantidade de conselheiras votantes presentes a esse ponto da reunião, a proposta não foi aceita pelo Conselho. Adriana Magalhães então propõe a elaboração de uma nota que expresse a preocupação do pleno em relação a terceirização da casa Eliane de Grammont, essa nota, na proposta apresentada, deve solicitar esclarecimento à SMDHC em relação à terceirização da Casa Eliane e de forma geral sobre as transferências previstas no plano de metas da PMSP após votação, a nova proposta de nota foi aprovada pelo Conselho.

#### ENCAMINHAMENTOS

- GT de comunicação irá elaborar o pedido de esclarecimento sobre a privatização da casa Eliane de Grammont.
- Seminário CPMMP - Mesa diretora irá enviar os convites para os palestrantes e mediadores.
- Ana Cristina irá buscar uma data com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania para debater algumas pautas prioritárias para o Conselho.

#### ATA 9\_27.9.2021

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Em segunda chamada e após atingir o quórum necessário estabelecido pelo regimento interno do Conselho, a reunião foi instaurada pela presidente Claudia Rodrigues. Heloisa apresentou os pontos de pauta 1. Justificativa da Secretaria de Direitos Humanos e da Coordenação de políticas para as mulheres ao não comparecimento em audiência pública, realizada no dia 14 de setembro, em modo virtual e com o tema da Casa Eliane de Grammont, 2. Devolutiva da secretaria sobre os apontamentos feitos pelos movimentos de mulheres e comissão de vereadores realizadas no dia 16 de setembro, após ato em frente a secretaria 3. Apresentação da proposta orçamentária da secretaria de direitos no que se refere à política para as mulheres, para o ano de 2022. 4. Balanço das emendas que foram apresentados no tema mulheres 5. Cartilha sobre equipamentos e serviços disponíveis a mulheres vítimas de violência 6. Manual ou cartilha sobre concessão auxílio aluguel. Os trabalhos foram iniciados aprovando de forma unânime o texto da ata do mês de agosto. Atendendo a pedido da presidente, Heloisa leu os pontos de pauta sugeridos e inseriu o ponto solicitado por Claudia Rodrigues que não havia sido considerado, desta forma o sétimo ponto de pauta seguiu com a seguinte redação:7. Proposta de reunião entre as integrantes da mesa diretora do CPMMP e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania Claudia Carletto e a Coordenadora de Políticas para Mulheres Ana Cristina para abordar questões relacionadas ao processo de terceirização da Casa Eliane de Grammont com devolutivas oferecidas ao pleno por meio de reunião extraordinária. Adriana Oliveira, conselheira da CUT frisou que a demanda da reunião proposta por Claudia não surge do debate da mesa diretora pelo fato de que a mesma não se reuniu antes do pleno. Cláudia esclarece que essa sugestão de pauta é individual. Camila Furchi, conselheira representante da Câmara dos Vereadores faz uso da palavra para cobrar que a reunião seja iniciada com uma justificativa da SMDHC para a ausência na audiência pública que teve como tema a Casa Eliane de Grammont. Claudia Rodrigues sugere que Adriana Oliveira, conselheira indicada por ela para representar o CPMMP faça uma fala de informes sobre a audiência. Adriana faz o resgate sobre os acontecimentos da audiência pública informando sobre o tema e sobre os participantes e afirma que a audiência ficou prejudicada pela ausência de representantes da SMDHC e que após o fim da reunião o grupo se surpreendeu pela publicação em diário ofi-

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

sábado, 3 de setembro de 2022 às 05:00:50

cial do município sobre a terceirização do CRM Eliane de Grammont já oferecendo o resultado sobre o chamamento público que selecionou a organização a gerir o equipamento. Adriana cita também a atividade de manifestação sobre o tema que cobrava explicações da gestão do equipamento sobre o processo e que embora um grupo de representantes presentes na manifestação tenha sido recebido por representantes da SMDHC, não houveram devolutivas sobre as questões levantadas. Frisa que a relação entre a sociedade e gestão está desgastada pela falta de respostas. Afirma se sentir despreziada pela falta de diálogo transparente em relação ao processo de terceirização. Tainã faz uso da palavra também para complementar a fala da conselheira Adriana, Tainã frisa novamente sobre a gravidade do fator de falta de oitiva da SMDHC sobre o processo fere o pacto social e as normas que regem o funcionamento do CMPM assim com as normas democráticas uma vez que a Prefeitura desconsidera o papel e se regula a dialogar com os representantes da sociedade civil e do poder legislativo. Além disso traz o argumento de que o processo de chamamento está repleto de ilegalidades, cita a falta de estudo técnico orçamentário que justifique a decisão de um chamamento público e argumenta que, segundo ela, a organização selecionada não tem nenhuma experiência em atendimento à mulheres em situação de violência, tendo a O.S experiência apenas em atendimento à população em situação de rua. Seguindo a sequência das falas inscritas, a conselheira Camila reafirma os pontos levantados nas falas anteriores e compartilha sobre a frustração sobre as tentativas de diálogo com a secretária, frisa que o contexto do chamamento é de privatização e diminuição da estrutura do Estado. Faz uma crítica ao papel de Ana Cristina, vice presidente do conselho e Coordenadora de Política para Mulheres, no sentido de dizer que a mesma nas reuniões faz um papel pouco produtivo e não apresenta devolutivas para o conjunto das conselheiras, apenas registra as demandas e informa que trata devolutivas, mas, segundo sua opinião não o faz. Camila informa ainda que após o fim da reunião foi enviado um requerimento de informação sobre os pontos levantados na audiência, e que o mandato da Vereadora Juliana Cardoso solicitou uma reunião com a Secretária de Direitos Humanos entre SMDHC e uma comissão de vereadoras e de representantes da sociedade civil e que esse pedido não foi respondido mesmo tendo sido enviado pelo sistema eletrônico de processos da PMSP e que foi necessário que uma manifestação acontecesse para que o grupo tivesse seu pedido atendido. Além disso, até o dia 14/9 a SMDHC não havia respondido nem mesmo o ofício enviado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública elaborados pelo GEVID e Nudem.com questionamentos sobre o processo de chamamento do CRM Eliane de Grammont e conclui dizendo que a SMDHC está ignorando o CMPM e cobra que seja definido qual o papel do CMPM além de mostrar o descontentamento do pleno. Roberta Tasselli representante do Grupo Mulheres do Brasil faz coro com as falas anteriores dizendo que tem a demanda de entender qual é de fato o papel do CMPM se não há em momento nenhum a consulta às conselheiras sobre as políticas apresentadas durante a gestão do mandato que não foi consultado em nenhuma ocasião, se pergunta qual o legado o conselho deixa no contexto de que não é consultado. Reforça que o grupo cobre participar desses momentos de decisão. Seguindo a sequência de falas a Conselheira Melissa argumenta que há um descaso total da Secretária de Direitos Humanos em relação ao movimento de mulheres e que o governo preza apenas pelas aparências e não respeita de fato os espaços. Sugere que o CMPM entre com uma representação no Ministério Público em relação às irregularidades que o grupo está constatando no processo de chamamento além de sobre a falta de oitiva aos grupos da sociedade civil. Claudia Rodrigues sugere que o pleno adote como encaminhamento que além dos documentos já consolidados pelo MP e defensoria e o documento que foi originário da audiência pública seja anexado ao conjunto de questionamentos que o CMPM vai solicitar à SMDHC a nota técnica elaborada pela Rede feminista de Juristas representada pela Tainã. Fez também uma fala para frisar o processo de esvaziamento político pelo qual estão passando os espaços de participação social. Sugere também que seja chamada uma reunião extraordinária para as devolutivas sobre esse tema. Ana Cristina inicia sua fala justificando que não havia sido designada pelo Gabinete da Secretária de Direitos Humanos à participar da audiência pública em questão e explica ainda que tomou conhecimento da mesma no momento em que as conselheiras manifestaram no grupo de WhatsApp. Ana Cristina compartilha ainda que ela não pode dizer sobre a ciência do gabinete da SMDHC sobre a audiência, tampouco pode afirmar se houve confirmação da participação e que por vezes algumas demandas são tratadas no nível dos gabinetes e as demandas não são delegadas para as áreas técnicas. Esclareceu que está trabalhando nas respostas solicitadas pelo grupo de representantes da manifestação e que já encaminhou resposta de ofício do Ministério Público e da Defensoria Pública. Explica que os pontos de pauta 2, 3 e 4 são os mesmos pontos de devolutiva solicitados pelo grupo de representantes na manifestação e que as respostas estão sendo preparadas e serão enviadas no prazo de 15 dias conforme acordado com o grupo de representantes. Claudia indaga se na opinião da conselheira Adriana o CMPM pode encaminhar pela solicitação de uma reunião entre a Secretária de Direitos Humanos e a Mesa Diretora do CMPM. A conselheira Adriana defende que a reunião não seja restrita aos membros da mesa diretora pela relevância das contribuições da conselheira Tainã, e Camila. Tainã, fazendo o uso do recurso de inscrição endossa a proposta de que a reunião seja entre o pleno do CMPM e a Secretária de Direitos Humanos, Alexandra Dantas, Ana Kraus, Camila Furchi, Melissa Carla em mesma linha endossam a proposta de uma reunião com o conjunto das conselheiras sem que sejam as mesmas representadas pela Mesa Diretora. Claudia Rodrigues manifesta a vontade de manter a proposta de encaminhamento. Heloisa propõe a votação das duas propostas: P1 – Reunião entre a mesa diretora e Secretária de DH em que seria combinada uma segunda reunião entre pleno(extraordinária) e Secretária e P2 – Reunião entre Pleno do CMPM e Secretária de DH. A P1 somou 11 votos, a P2 somou 14 votos e venceu a votação. Claudia sugere que seja sugerida data para a realização da reunião 13/10 ou 15/10 às 19h30min. Adriana Oliveira sugere encaminhar as datas sugeridas e deixar aberta a possibilidade de que na impossibilidade de anteder a Secretária indique data substitutiva. Roberta Tasselli sugere deslocar o ponto de pauta número 5 sugerido por ela para a próxima reunião. Melissa, proponente da pauta de número 6 sugere que seja elaborado pelo CMPM um tipo de material informativo sobre o auxílio aluguel, tipos de violência e etc com o objetivo de auxiliar a população e os servidores a compartilhar as informações. Ana Cristina esclarece que esse tipo de material já existe e está disponível fisicamente na CPM. Claudia sugere que o CMPM sugira para a SMDHC que seja elaborado um material informativo sobre o auxílio aluguel.

#### Encaminhamentos:

1. Agendamento de reunião com a Secretária de Direitos Humanos e Cidadania;
2. Abordar a pauta 5 na reunião de outubro.
3. Sugerir para a SMDHC a elaboração de um material informativo sobre o auxílio aluguel.

#### ATA 10\_19.10.2021

Em dezenove de outubro dois mil e vinte e um, às 18h30min, através da Plataforma Teams da Microsoft, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram de forma extraordinária para debater o teor do Ofício 004/2021 que foi enviado para a Secretária de Direitos Humanos solicitando a apresentação e informação

acerca das mudanças recentemente apontadas pelo plano de metas e sobre a terceirização na casa Eliane de Grammont. Claudia Rodrigues inicia a reunião agradecendo a presença da representação do gabinete de SMDHC e relembra os pontos a serem debatidos. Ana Cristina passa a palavra para a secretária adjunta de SMDHC – Juliana Felicidade. Juliana inicia compartilhando com o pleno sobre a informação de que plano de Metas é um trabalho da sociedade civil junto ao poder público, ressaltando assim a importância dessa disposição na Lei Orgânica do Município. Continua sua fala esclarecendo que o processo pelo qual passamos os CRMs não se trata de terceirização, por se tratar de parceria com a sociedade civil, sendo o processo um processo de chamamento público nos termos da Lei Federal 13.019/2014. Juliana compartilha com o pleno a constação histórica desses tipos de parcerias e dos desafios superados por essas formas de parceria em uma cidade com a dimensão da cidade de São Paulo, na medida em que oferecem uma resposta de cooperação entre sociedade civil e poder público no atendimento de pessoas, lembrando sobre os equipamentos de SMADS e da SMDHC que tem seus trabalhos por meio da terceirização com organizações da sociedade civil. Juliana compartilha com os dados de atendimento de alguns dos serviços da rede de enfrentamento que indicam a ampliação da capacidade de atendimento, destacando que essa ampliação pode ser maior com a parceria com a sociedade civil, e partilha com todas a informação de que busca a SMDHC a retomada das atividades do CRM de São Miguel. Compartilha dados de atendimento dos equipamentos geridos por SMDHC e argumenta que o objetivo da SMDHC é ampliar o acesso de mulheres aos serviços. Explica, ainda, que o modelo de gestão via parceria não é uma inovação de gestão pública, e se coloca a disposição para atender os questionamentos do pleno. Claudia informa que irá priorizar os questionamentos elaborados pelas Conselheiras Camila e Tainã, logo após será seguido pela fala da conselheira Maria Lúcia. Camila inicia dizendo que desde o mês de Abril o CMPM vem solicitando esclarecimentos da secretária acerca dos pontos definidos no plano de metas e acerca dos processos de terceirização do CRM Eliane de Grammont, compartilha com a Secretária que há uma busca de respostas sobre os pontos questionados pelas conselheiras, cita também sobre a impossibilidade da SMDHC de comparecer à Audiência pública na Câmara dos Vereadores da Cidade que teve como tema a questão da terceirização dos CRMs na comissão Ordinária de Finanças e Orçamento. Frisou que ainda que mesmo não tendo sido uma inovação da gestão atual a criação de parcerias, o movimento de mulheres, nesta reunião representado por algumas conselheiras, sempre se colocou oposto à esse tipo de solução. Camila então questiona a Secretária Juliana sobre qual é o argumento financeiro, ou seja o que justifica financeiramente contratar uma O.S ao invés de realizar os processos de contratação via concurso público, além disso questiona com quais recursos serão gerenciados os 15 CDCMs que serão atribuídos à SMDHC no processo de reorganização de atendimento? Seguindo a sequência de falas a Conselheira Tainã inicia sua fala pontuando que o pedido do pleno novamente não foi atendido uma vez que a Secretária de Direitos Humanos não compareceu à reunião conforme solicitada o ofício enviado. Ainda assim frisa que está contente com os debates que estão sendo construídos com a presença da Secretária Adjunta Juliana. Frisa que o CMPM não foi em nenhum momento consultado acerca dos processos de terceirização/parceirização que estão ocorrendo com os equipamentos de atendimento às mulheres, mas entende que o conselho não seja deliberativo. Reforça que ainda que os processos de terceirização já tenham ocorrido em outras ocasiões, sempre encontrou resistência nos movimentos de mulheres. Tainã afirma que é consenso que o processo de terceirização significa a precarização dos serviços, e destaca o processo de parceria com a entidade Apoio, dado existirem denúncias de corrupção contra a organização e de violência contra adolescentes. Além disso afirma que a entidade contratada não tem experiência no atendimento à mulheres vítimas de violência tendo atuado apenas com o atendimento à população em situação de rua. A conselheira Maria Lúcia questiona a secretária acerca como o conselho pode se inserir nos espaços de debates sobre os Núcleos. A Conselheira Roberta faz uso de sua fala inscrita para questionar a Secretária sobre qual é o protocolo interno da SMDHC acerca das consultas ao CMPM em questões relativas à pauta de mulheres. Claudia faz a leitura dos questionamentos enviado via chat. Inicia fazendo a Leitura da questão da conselheira Eliane que busca entender como é feito o processo de fiscalização dos serviços, quais os critérios de seleção das Organizações da Sociedade Civil nesses tipos de chamamento. Feitas as perguntas a Secretária Juliana inicia a rodada de respostas respondendo ao questionamento da conselheira Eliane, esclarecendo que os dispositivos de controle e fiscalização dos contratos com Organizações da Sociedade Civil são feitos via prestação de contas, realizada entre a Organização gestora do equipamento e o setor de Gestão de Parcerias da SMDHC, nesse processo as OSCs apresentam as documentações para comprovar a execução orçamentária dos contratos. Juliana informa ainda que a depender da legislação, existem outras formas de controle e fiscalização desses contratos e usa como exemplo a experiência do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Ana Cristina complementa a resposta reiterando o que disse a secretária e informando que além das atividades de prestações de contas feitas pelo setor de gestão de parcerias os equipamentos da rede de atendimento à mulheres são fiscalizados pelo GEVID. Juliana retoma então respondendo acerca dos critérios de seleção nos processos de chamamento público, explica que a construção dos editais passa pela elaboração de um termo de referência, que é elaborado pela área técnica competente, no caso específico dos Editais de chamamentos que estão sendo discutidos pela Coordenação de Políticas para Mulheres, que estabelece os indicadores e requisitos do serviço a ser ofertado, detalha os termos do estabelecimento da cooperação, tanto no que se refere à objetivos a serem atingidos, serviços a serem ofertados, quanto no que se refere aos critérios de seleção, ou seja nas comprovações que devem ser apresentadas para a pontuação nos processos de chamamento público. Na sequência, Juliana informa em resposta ao questionamento da conselheira Roberta que não estão estabelecidos dentro da SMDHC protocolos/fluxos de consulta para com conselhos, pois cada conselho é regido pelo seu regimento interno, e novamente usa o exemplo do CMDCA para dizer que no âmbito daquele conselho, existem fluxos de trabalho das comissões temáticas que lhe são internas, dessa forma, cada grupo de conselheiras alocado em uma das comissões faz o trabalho de controle sobre temas diversos. Fica a disposição pra auxiliar o CMPM caso seja deliberação do pleno adotar essa mesma lógica de trabalho. Ao responder o questionamentos da conselheira Maria Lúcia, Juliana esclarece que é uma possibilidade o trabalho de articulação em rede com as entidades gestoras dos serviços de saúde no sentido da busca do melhor atendimento de mulheres vítimas de violência. A conselheira Maria Lúcia afirma que a Secretária Juliana entendeu sua dúvida, mas frisa que o que gostaria que a SMDHC viabilizasse a participação do CMPM nesses espaços. Juliana indica que em situações semelhantes, é possível um conselho realizar trabalho interno de mapeamento dos atores envolvidos na pauta de interesse no sentido de reivindicar o espaço de participação nos momentos de decisão e discussão. Em resposta aos questionamentos levantados pela conselheira Tainã, Juliana informa que o convênio ainda não está firmado. Explica que o convênio em SMDHC obedece as seguintes etapas: 1. É lançado o chamamento público por meio de edital, 2. Os concorrentes apresentam propostas. 3 As propostas são analisadas pela comissão à luz dos critérios estabelecidos no termo de referência. 4. Ranqueamento das propostas de acordo com as

pontuação que cada proposta somou no momento da análise. Dessa forma a proposta melhor colocada é a "ganhadora" desse processo de edital e se inicia uma nova fase de procedimentos para homologação ou não dessa seleção, relata que no momento em que se passa a presente reunião a instituição melhor ranqueada está passando por um processo de análise documental, não tendo sido feito ainda a homologação e assinatura do convênio. Após analisadas essas documentações a decisão de homologação caberá a Secretária Claudia. Em resposta ao questionamento relativo à experiência da organização, Juliana afirma que costamos nos documentos da organização experiência comprovada na gestão do CRM Brailândia. Em relação a questão sobre as irregularidades de que está sendo acusada a organização, Juliana informa que SMDH tem ciência do fato e que a questão está sendo tratada em âmbito judicial, a título de informação compartilha com o pleno que as irregularidades em questão tratam de questões relativas ao atendimento em equipamentos voltados para crianças e adolescentes. Juliana avança para o próximo questionamento informando que o processo de chamamento em questão não se trata de uma parceria pública privada como endereço Tainã em seu questionamento e sim de um chamamento público de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Juliana informa que aproveita o questionamento de Tainã para responder também o questionamento de Camila Furchi Inicia dizendo que o que motiva a escolha de gestão, com a participação da sociedade civil, é a possibilidade de mobilizar a experiência de profissionais das organizações da sociedade civil e de ampliar a capacidade de atendimento nos serviços. Dessa forma a lógica de realizar propostas de convênio está fundada na potencialidade de crescimento da capacidade de atendimento que pode ser melhorada, como na possibilidade de somar a inteligência que pode ser oferecida pelas organizações da sociedade civil e a inteligência das instituições públicas. Lembrou que todos os serviços de SMADS que serão transferidos para SMDHC trabalham sob a lógica da concessão via Edital de Chamamento público assim como o CRMs Capão Redondo e CRM Brailândia. Em resposta ao questionamento da conselheira Camila, Juliana responde que não fez comparações entre o custo do custo dos chamamentos e da realização de concursos públicos, porque a análise passa pela possibilidade de potencialização dos atendimentos e da cooperação entre poder público e sociedade civil. Sobre a questão do custeio da manutenção dos CDCMs com a reorganização Juliana explica que o orçamento de custeio desses serviços envolve uma operação financeira relativamente simples de transferências de recursos de orçamentários entre contas de secretarias. Ainda contemplando as dúvidas da conselheira Camila, Juliana informa que não haverá fechamento de equipamentos, e que em SMDHC adotará a gestão centralizada dos serviços. Diferente do que é feito por SMADS que adota a gestão regionalizada. Claudia faz um destaque relacionado a fala da Secretária Juliana frisando que o CMPM faz um esforço para operacionalizar a atuação dos Grupos Temáticos e que o CMPM, diferente do CMDCA é um conselho novo e está ainda ajustando suas práticas. Seguindo a sequência de falas Maria Izabel, ouvinte da reunião e conselheira regional suplente afastada de sua função em razão de ocupar cargo público, manifesta que se sentiu desrespeitada pela fala da secretária Juliana quando a mesma sugeria a uma conselheira que o conselho de organize e realize o mapeamento de atores envolvidos em pautas de interesse para reivindicar seu espaço de consulta. Camila questiona se a SMDHC está em conversas com outras pessoas sobre o processo de chamamento público do CRM Eliane. Juliana indaga a Conselheira Maira Lucia se houve algum sentimento de despeito, não tendo havido manifestação afirmativa, motivo pelo qual responde para a ouvinte Maria Izabel informando que não houve ofensa, menos ainda intensão de ofensa. Claudia resume todos os esforços que o CMPM tem mobilizado de forma articulada para buscar respostas acerca do processo de chamamento. Feitas as respostas e não havendo mais dúvidas, agradece a participação de todas e encerra a reunião.

#### ATA 11\_25.10.2021

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um reuniram-se em, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 17:30 quando da mesma forma não foi possível estabelecer os trabalhos devido à contagem de 12 conselheiras, configurando assim falta de quórum regimentar para iniciar. Diante da contagem Claudia encerrou a reunião e solicitou a

verificação das conselheiras acerca da retomada de reuniões presenciais.

#### ATA 12\_29.11.2021

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um reuniram-se em, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum o estabelecimento da reunião foi adiado para as 17:30 quando da mesma forma não foi possível estabelecer os trabalhos devido à contagem de 11 conselheiras, configurando assim falta de quórum regimentar para iniciar. Diante da contagem Claudia encerrou a reunião e solicitou a verificação das conselheiras acerca da retomada de reuniões presenciais.

#### ATA 13\_13.12.2021

Aos treze dias de dezembro de dois mil e vinte e um reuniram-se em, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em plataforma Teams, da Microsoft. Em razão da insuficiência de quórum, o estabelecimento da reunião foi adiado para às 17:30, quando foi possível estabelecer a reunião. Ana Cristina iniciou os trabalhos e solicitou a Heloisa a leitura das sugestões de pauta, realizadas pela Roberta e pela Melissa. No total, eram três: 1. Leitura do balanço de atendimentos e encaminhamentos da Casa da Mulher Brasileira, referente ao período de 2020/2021; 2. Mecanismos mais efetivos de troca de informações entre o Grupo Mulheres do Brasil e a Secretária de Direitos Humanos e Cidadania; e 3. Monitoramento das Políticas Públicas para Mulheres. Ana Cristina iniciou o procedimento de votação da ata anterior. Sem manifestações ou apontamentos, a ata foi aprovada por unanimidade. A palavra foi passada para a conselheira Melissa, que apresentou os dados do Comitê da Casa da Mulher Brasileira. Foi ressaltado que os números são referentes apenas aos atendimentos realizados por esse equipamento, não considerando-se as ocorrências geradas em outras delegacias. Camila levantou duas questões: a de que se há dados referentes às solicitações de encaminhamento de realização de procedimentos abortivos após as denúncias de violência sexual e se existe a possibilidade de o Comitê pensar propostas para a unificação dos dados, visto que há diversas fontes de informação, tal como o Observatório, o Comitê da Casa da Mulher Brasileira e a Secretária de Segurança Pública. A próxima questão levantada pela Cláudia foi sobre a questão orçamentária do equipamento, em especial sobre a continuidade do repasse do Governo Federal. Em seguida, dá a sugestão da realização de um levantamento quantitativo de emendas parlamentares formuladas pelos vereadores que tenham um enfoque no enfrentamento a violência. Ana Cristina afirmou que o repasse ocorre normalmente, entretanto, houve um não cumprimento do cronograma de reembolso do Governo Federal. No ano de 2021, houve especialmente um investimento de fonte municipal para cumprir o plano de trabalho das metas da Casa da Mulher Brasileira. Após o esclarecimento, Roberta trouxe a questão da troca entre as integrantes do Conselho sobre as políticas para mulheres, visto que mesmo estando no conselho desde o ano de 2019, diz possuir um desconhecimento de algumas dessas políticas. Trouxe uma sugestão de realizar uma pesquisa do funcionamento de outros conselhos com mais integrantes na cidade. Ainda se tratando sobre a efetividade da participação, Ana Cristina somou com uma informação que já possuía da vivência dos outros conselhos: a de que há uma alternância de horários de início das reuniões, tendo em vista evitar o baixo quórum de presença, o que acaba por inviabilizar as decisões, assim como ocorreu nas duas últimas reuniões. Logo após isso, Roberta sugere uma apresentação expositiva das políticas para mulheres, além da disseminação de informações por meio das capacitações. Na fala de algumas conselheiras também foi debatida a questão dos encontros, como os dias e horários por vezes não contemplam a rotina de alguns integrantes.

#### ENCAMINHAMENTOS:

? Abertura de um formulário para votação do horário da reunião e também para decidir se as reuniões permanecerão online ou voltarão ao presencial

? Ficou acordada a apresentação na próxima reunião dos equipamentos e das políticas públicas para mulheres, como forma de disseminação e compartilhamento de informações internas.

? Também irá ocorrer na primeira reunião do ano seguinte, em janeiro de 2022, apresentação do balanço geral do ano de 2021, por meio de um breve resumo com as principais ações da Comissão, solicitado pela Secretária Executiva.

## COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### 6074.2020/0005086-4

ASSUNTO: Emissão de Nota de Empenho/Pagamento - CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP - Conselho Tutelar Vila Prudente - SMDHC/DEA

#### DESPACHO

1. À vista dos elementos que instruem o processo para pagamento das Despesas de Exercícios Anteriores - DEA - U.O 34.10 - Fonte 00, firmado com a CIA. DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP; inscrita no CNPJ nº 43.776.517/0001-80, conforme manifestação da Divisão de Apoio Administrativo SEI( 067819000 ) e Assessoria Jurídica SEI (067782092 e 067911217) , Fatura SEI( 067464002), no valor total de R\$ 133,96 (cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos).

2. AUTORIZO a emissão da correspondente Nota de Empenho e Nota de Liquidação, onerando a dotação orçamentária nº 34.10.14.243.3013.2.157.33909200.00.0 - Administração dos Conselhos Tutelares - Despesas de Exercícios Anteriores, no valor total estimado de R\$ 133,96 (cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos), respeitando o princípio da anualidade orçamentária, autorizando-se o cancelamento de eventuais saldos de reserva e empenho;

3. AUTORIZO, a emissão da Nota de Empenho, com fundamento no Art. 64 da Lei nº 4.320/64;



FMDC - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Balancete Financeiro

JULHO 2022

| ESPECIFICAÇÃO                               | INGRESSOS       |                    | DISPÊNDIOS                                   |                    |
|---|-----------------|--------------------|--|--------------------|
|   | Exercício Atual | Exercício Anterior | Exercício Atual                              | Exercício Anterior |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R)                    |                 |                    | DESPESA ORÇAMENTÁRIA (V)                     |                    |
| ORDINÁRIA                                   |                 |                    | ORDINÁRIA                                    |                    |
| TESOURO MUNICIPAL                           | -               | -                  | TESOURO MUNICIPAL                            | -                  |
| RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | -               | -                  | RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA  | -                  |
| RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE     | -               | -                  | RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE      | -                  |
| VINCULADA                                   |                 |                    | VINCULADA                                    |                    |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO                        | -               | -                  | OPERAÇÕES DE CRÉDITO                         | -                  |
| TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS                     | -               | -                  | TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS                      | -                  |
| TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS                    | -               | -                  | TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS                     | -                  |
| FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO            | -               | -                  | FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO             | -                  |
| OUTRAS FONTES                               | -               | -                  | OUTRAS FONTES                                | -                  |
| RECEITA CONDICIONADA                        | -               | -                  | RECEITA CONDICIONADA                         | -                  |
| TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO       | -               | -                  | TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO        | -                  |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (R)    |                 |                    | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (V)    |                    |
| PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA                  | -               | -                  | PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA                   | -                  |
| INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA      | -               | -                  | INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA       | -                  |
| PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS        | -               | -                  | PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS         | -                  |
| PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS        | -               | -                  | PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS         | -                  |
| RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (R)         |                 |                    | PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (V)            |                    |
| EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS A PAGAR             | -               | -                  | PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | -                  |
| EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR                 | -               | -                  | PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS     | -                  |
| DEPÓSITOS RESTITUIVOS E VALORES VINCULADOS  | -               | -                  | DEPÓSITOS RESTITUIVOS E VALORES VINCULADOS   | -                  |
| OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS      | -               | -                  | OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS       | -                  |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (R)             |                 |                    | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE (R)          |                    |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA               | -               | -                  | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                | -                  |
| DEPÓSITOS RESTITUIVOS E VALORES VINCULADOS  | -               | -                  | DEPÓSITOS RESTITUIVOS E VALORES VINCULADOS   | -                  |
| TOTAL (R) = (R)+(R)+(R)                     |                 |                    | TOTAL (V) = (V)+(V)+(V)+(V)                  |                    |

Fonte: Relatório do Sistema de Orçamento e Finanças - SDF

Notas:

1. Em observância a Portaria SF nº 266, de Outubro de 2016.
2. Os documentos que serviram de base para sua apresentação, encontram-se encartados no Processo SEI nº 6074.20220003641-5
3. Lei Orçamentária - LOA - nº 17.728 de 27 de Dezembro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022.

Leandro Gabriel Dias Saraiva  
Analista de Planejamento e Desempenho - Organizador - Contador  
CRC: SP/20754/0-9  
SMDHC

Sonia Francine Gaspar Marmo  
Sec. Munic. de Direitos Humanos e Cidadania  
CPF: 083.704.708-79  
SMDHC

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

sábado, 3 de setembro de 2022 às 05:00:50